

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

DESTAQUES IPADES

Julho 2014

INFLAÇÃO PERSISTENTE

A inflação brasileira tem se mantida persistente e tem sido um dos pontos mais polêmicos da política macroeconômica brasileira. Desde 2009, o Banco Central não tem conseguido colocar a inflação próxima da meta (de 4,5% a.a., medida pelo IPCA), não havendo qualquer perspectiva de que consiga neste ano.

O governo sempre buscar encontrar um vilão responsável pela inflação, desde que obviamente não seja ele. Este ano a culpa recaiu sobre a forte seca que atingiu o Brasil nos primeiros meses comprometendo a oferta de diversos produtos agrícolas. Embora não seja possível descartar a influência do choque adverso de alguns produtos, até que ponto os alimentos realmente são os principais responsáveis pela inflação?

O que tem norteado o debate a respeito da persistência da inflação é a identificação de quais fatores têm gerado as maiores pressões sobre os preços: choque de custos ou excesso de demanda no mercado interno.

No primeiro caso, inflação de custos, há analistas, entre os quais o governo, que defendem que a inflação brasileira é resultado principalmente do elevado patamar de preços em que as *commodities*, há tempos, têm sido negociadas. Isto porque elas são matérias-primas para quase todas as cadeias produtivas. Por esse raciocínio a origem da inflação brasileira é majoritariamente resultado de um choque externo.

Quanto a inflação de demanda, outra linha de análise explica a inflação dos últimos anos principalmente pelo excessivo aquecimento do mercado interno brasileiro. Sendo esse aquecimento função dos seguidos reajustes salariais acima da inflação,

associados a uma expansão do crédito fazendo com que a demanda interna ficasse aquecida acima do nível a que a produção doméstica pudesse responder inclusive a de serviços.

Ambas as análises tem consistência, embora os choques externos tenham perdido força desde a crise de 2008, enquanto que os estímulos internos tenham continuado no mesmo ritmo. A controvérsia está na identificação de quem tem contribuído mais para pressionar os preços nacionais.

Em síntese: a inflação decorrida dos alimentos tem desacelerado já aquela mais associada a serviços (inflação de demanda) continua mostrando forte resistência, passando a ter contribuição maior para o IPCA do que as *commodities* agrícolas. Esses resultados não deveriam ser uma surpresa.

Os mercados agrícolas, em média, tendem a ser mais competitivos do que os mercados de produtos industriais ou do setor de serviços. Com isso, os preços agrícolas tendem a ser mais voláteis, e mais, os preços agrícolas têm apresentado uma tendência de queda desde o segundo semestre de 2011. Já a inflação de demanda, refletida nos preços de serviços, tem apresentado forte resistência, o que resulta altas maiores da Selic. Ou seja, os alimentos não são os únicos responsáveis pela inflação brasileira e, nos últimos meses, têm deixado de ser o maior vilão.

Um dos raros consensos no debate envolvendo a inflação é que ela não voltará tão cedo ao centro da meta (4,5% a.a.); o IPCA deve operar em torno de 6,0% a.a. ao menos até o final de 2015.

BIOELETRICIDADE: POTENCIAL BRASILEIRO NÃO APROVEITÁVEL

A geração da bioeletricidade no Brasil ainda está muito aquém do seu potencial. Só no setor de açúcar e etanol estima-se em 8.200 MW médios com a utilização apenas da palha, e de 22.100 MW médios com o uso do bagaço e palha.

Isso equivale a mais do que três usinas de Belo Monte, sem os efeitos da inundação de áreas e a emissão de gás metano gerado com a decomposição de matéria orgânica. Também se inclui nos benefícios a economia dos vultosos investimentos que não serão precisos ser feitos para a construção das usinas hidrelétricas.

Diante dessa constatação é surpreendente deparar-se com o consenso entre especialistas em energia e economia sobre a distorção causada pelo subsídio de preço da gasolina ao consumidor, já atingindo 19% na comparação do preço no mercado internacional e do preço definido pelo governo federal nas refinarias, e que seria bem maior se fossem levados em conta o frete, o seguro e as despesas de descarga que são incorridos quando da sua importação, da qual o país acostumou-se a ficar dependente.

Esse modelo de subsídio ao combustível fóssil contempla três aspectos negativos ao desenvolvimento econômico sustentável: 1) contribui para a emissão de gases de efeito estufa; 2) desestimula a cadeia produtiva do agronegócio da cana-de-açúcar, visto que desde 2008 foram fechadas quarenta e quatro usinas produtoras de açúcar etanol, e, em 2014, espera-se que outras 12 deixem de operar, de um total de 389 unidades em operação em 2013, não havendo hoje nenhuma nova instalação sendo projetada ou encomendada em toda a indústria; 3) os estados do Pará e Maranhão estão prejudicados por não poderem instalar usinas de produção de etanol, por estar na Amazônia Legal, mesmo tendo estudo de viabilidade ecológica, agronômica e econômica favorável para o plantio de seis milhões de hectares nos dois estados, realizado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), sigla em inglês, em seu último relatório (IPCC-AR5) apontou como crítico o desenvolvimento da energia de biomassa, entendendo-se nesse aspecto a bioeletricidade e, de forma implícita o bioetanol. Apenas com ações firmes na direção do uso de energias limpas, como a energia de biomassa, o aquecimento médio do Planeta poderá ser limitado a 2° C até 2100, e não a entre 3,7° e 4,8°C.

USO DE FERTILIZANTES E DEFENSIVOS AGRÍCOLAS: REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA OU POLÍTICA?

O Brasil, do final do século XX e início deste, tornou-se um importante *international player* na produção de alimentos e no agronegócio. Essa conquista

deve muito ao avanço da Ciência Agronômica Tropical em gerar tecnologias produtivas e sustentáveis aos diversos biomas brasileiros.

Mesmo com todas essas credenciais a regulamentação para o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas já há certo tempo vem afastando-se da decisão técnica e se aproximando cada vez mais de uma gestão burocrática e ineficiente. Dois recentes fatos chamaram a atenção para isso, causando preocupação.

O primeiro envolveu uma consulta pública lançada pela Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, relativa a uma Instrução Normativa (IN) bem ampla, na qual boa parte foi trabalhada em conjunto com o setor produtivo, com exceção de um item que tratava justamente de restrições a formulações de fertilizantes, como limitar a quantidade de formulações de fertilizantes, o que propõe o item específico da IN. O segundo é uma ação do Ministério Público Federal que determinou a suspensão de ingredientes ativos utilizados para a composição de defensivos.

O desenvolvimento de agroquímicos integra pesquisa ampla, sendo entre os segmentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), aquele com grau de regulamentação dos mais rígidos. Os produtos são submetidos a inúmeros testes laboratoriais e requerimentos da legislação, acordos e convenções internacionais sob a chancela de órgãos como a Organização Mundial da Saúde.

As formulações de fertilizantes disponíveis no mercado estão lastreadas de recomendações de engenheiros agrônomos e químicos que usam como parâmetros os seus respectivos conhecimentos técnicos e estudos científicos de instituições reconhecidas internacionalmente, assim como as informações fornecidas pelo mercado.

Quanto aos defensivos agrícolas antes de serem aprovados para comercialização, são submetidos à avaliação agronômica, ambiental e toxicológica de três ministérios: da Agricultura; do Meio Ambiente; e da Saúde, por meio da Anvisa. Trata-se de um rigoroso escrutínio técnico e também caro e moroso.

Minimizar a regulamentação técnica em detrimento de outra de viés político é uma temeridade, pois, além de retirar do mercado formulações com eficiência consagrada no incremento de produtividade agrícola, coloca em risco ganhos futuros para os produtores desestimulando novos investimentos no setor. Para o Brasil, no patamar em que se encontra o agronegócio e da sua posição no cenário mundial como

produtor de alimentos e de commodities agrícolas é no mínimo um retrocesso tecnológico, para não dizer também um desestímulo intelectual à pesquisa agronômica nacional.

Não se deve esquecer que o avanço da produtividade do agro brasileiro está fortemente ancorado na pesquisa, no desenvolvimento e disponibilização e variedades, de formulações de fertilizantes para cada tipo de clima, solo e variedades vegetais presentes no território nacional. O mesmo vale para os defensivos.

Desse modo, em vez de limitar, o correto é apoiar e investir em mais pesquisas e desenvolvimento de novas formulações, para que o país tenha condições de enfrentar problemas que ainda não se conhece, como os efeitos das mudanças climáticas.

Qualquer retrocesso motivado por aspecto administrativo e/ou ideológico é perda de tempo e de competitividade internacional de modo a afetar de maneira irreparável os grandes avanços de produtividade, produção e sustentabilidade conquistados pela agricultura brasileira em benefício de todo o Planeta.

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS NO BRASIL: 176 ANOS

O primeiro a ser fundado no Brasil foi o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), em 1838, no Rio de Janeiro, seguem-no o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IGHB), fundado em maio de 1894, e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em novembro de 1894. Hoje o Brasil dispõe 23 institutos estaduais e 52 municipais.

Os Institutos Históricos e Geográficos sofrem freqüentemente a indagação sobre qual o papel que essas centenárias instituições devem ter no século XXI com a atual diversidade de universidades, entidades de proteção ao patrimônio e centros de memória e divulgação cultural.

Segundo Arno Wehling, ex-reitor da Universidade Gama Filho e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, essas instituições devem responder aos desafios contemporâneos produzindo conhecimento, contribuindo para sua disseminação, construindo acervos, construindo memórias e identidades e assessorando políticas públicas.

Em sua conceituação e atuação os IHG são instituições acadêmicas diferentes das estritamente profissionais como as universidades. Sua função é receber professores pesquisadores universitários ou não, ensaístas e colecionadores, além de editar textos científicos, consolidar, inventariar e ampliar os acervos de modo a se constituírem em centros de referência documental.

Daí sua importância e presença nos municípios, o que infelizmente não acontece. Isso contribui para a perda da memória histórica dessas sociedades – na economia, cultura, religiosidade e comportamento da sociedade – implicando na falta de conhecimento e dados para o planejamento do desenvolvimento atual.

No entanto, é essencial para o momento atual que os IHG não fiquem engessados, isto é, sejam apenas depositários de documentos e fatos, como se estivessem parados no tempo. É preciso ir além oferecendo cursos e palestras sobre as mais variadas áreas da cultura, da economia, da história da religiosidade e da própria sociedade que representa, confrontando fatos e épocas para “oxigenar” e dinamizar a sociedade. Essas ações ajudam a trazer uma instituição tradicional para perto da população que participa dessas atividades. A administração pública pode também se beneficiar melhor com essas interações.